

# Vem aí choque econômico

## Índice único já prepara a saída à Argentina

ULISSES LACAVAL  
Da Editoria de Economia

A adoção do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) como índice único da economia, em substituição ao Índice Geral de Preços (IGP) — que media a inflação — e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no cálculo dos reajustes salariais, deverá provocar uma queda real do poder aquisitivo dos assalariados, no próximo ano, se for confirmada a previsão de quebra da safra agrícola, devido à seca. A revelação foi feita ontem por um assessor de um ministro da área econômica, segundo o qual a única justificativa da indexação em torno do IPCA seria a intenção do Governo em ampliar o “choque heterodoxo” na economia no princípio do próximo ano, que poderia já estar sendo preparado.

Segundo a fonte, no IPCA — que mede o consumo de quem ganha até 30 salários mínimos — é maior o peso dos produtos industrializados, consumidos em maior escala naquela faixa do que na de assalariados que forneciam as informações para o INPC, de rendimento de até 5 mínimos, consumidores mais limitados aos produtos agrícolas. Como o peso dos produtos agrícolas é menor no cálculo do novo índice, ele deixará de registrar os efeitos da quebra da safra da região Sul do País,

que obrigará o Governo a importar alimentos no próximo ano, a preços mais elevados, explicou a fonte. As altas dos alimentos não serão acompanhadas pelos salários, que terão reajustes inferiores principalmente se o Governo mantiver o controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP) voltado essencialmente para os produtos industriais.

Até agora, porém, a tendência tem sido inversa: o IPCA acumulado de janeiro a outubro deste ano, de 164,8%, foi maior que o INPC (159,3%) e que o próprio IGP (157,5%), relação que deverá ser alterada, segundo a fonte, com as altas nos produtos agrícolas registradas em novembro, responsáveis por uma inflação de 15% (pelo índice antigo), que deverá pôr o INPC à frente do IPCA.

### CHOQUE

O “choque heterodoxo” na economia, aplicado no primeiro semestre na Argentina, pelo governo Alfonsín, baseia-se na total indexação e congelamento de preços, tarifas e salários, e na substituição do padrão monetário. Com a introdução do IPCA, estaria sendo dado o primeiro passo para sua aplicação no Brasil, segundo a fonte, que questionou sua eficácia diante dos resultados argentinos — mesmo com o congelamento, a inflação lá cresceu 15% em 3 meses.

O choque, considerado uma terapia radical contra a hiperinflação, voltou a ser cogitado, segundo o informante ministerial, diante da inflação de novembro, recorde histórico, que poderia indicar o início de descontrole da inflação.

Outra indicação da possível opção pelo choque é a elevação acentuada das tarifas públicas prevista para dezembro — água, luz, telefone, eletricidade — e até mesmo da gasolina —, que significaria a corrida governamental para acumular algumas vantagens percentuais, no momento em que o congelamento fosse determinado. Segundo o informante, trata-se de um problema político, onde o Governo reajustará o que puder no próximo mês para aliviar a pressão tarifária em 86, ano eleitoral.

